

# Políticas sociais no Brasil: mais do que sair do mapa da fome, é preciso construir um novo projeto civilizatório

---

Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá Brito  
Tatiana Wargas de Faria Baptista

## Resumo

Os dados atuais da fome no Brasil são assustadores, mais de 33 milhões de pessoas passam fome em um país que bate recordes de exportação de alimento. A fome aqui é estrutural e tem raízes no passado escravocrata e colonial. Por décadas, embalados pelo mito da democracia racial, mantivemos a desigualdade estrutural e não constituímos políticas de reparação e combate às injustiças sociais. Não por acaso, as pesquisas revelam que os números de pessoas famintas são maiores em lares chefiados por mulheres e por negros, com pior desfecho nos lares chefiados por mulheres negras, que sofrem a sobreposição de opressões de raça e gênero. Mais do que sair do Mapa da fome, precisamos construir caminhos para acabar com ela e, para isso, precisamos de um novo projeto civilizatório para o país, inclusivo e que se pautem no respeito e responsabilidade com toda e qualquer vida, com humanos e não-humanos

## Abstract

The current data on hunger in Brazil are frightening, more than 33 million people go hungry in a country that breaks food export records. Hunger here is structural and has its roots in the slave and colonial past.

For decades, lulled by the myth of racial democracy, we have maintained structural inequality and have not constituted policies to repair and combat social injustices. Not by chance, research shows that the numbers of hungry people are higher in homes headed by women and black people, with worse outcomes in homes headed by black women, who suffer the overlapping of race and gender oppressions. More than just getting off the hunger map, we need to build ways to end hunger and, for this, we need a new civilizing project for the country, one that is inclusive and based on respect and responsibility for any and all life, with humans and non-humans.

A fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida. O exílio da Terra. Mas a alma da fome é política.

Hebert de Souza (Betinho)<sup>1</sup>

**N**o Brasil, historicamente, as políticas sociais se apresentam majoritariamente em uma perspectiva emergencial, são poucas as propostas que rumam para mudanças estruturais. O que nos diz muito sobre nosso modo de ser colonial, onde uma pequena elite se mobiliza desde 1500 para não perder privilégios às custas da pobreza extrema e mantendo profundas injustiças sociais.

Para que possamos compreender o presente, e transformá-lo, é preciso entender a história desse país que tão recentemente deixou de ser escravocrata e colonial. Vivemos mais de 300 anos enquanto colônia e, a somente um pouco mais de 100 anos deixamos de ser “oficialmente” um país escravocrata. Ainda assim, o colonialismo se reproduz cotidianamente.

---

1 Carta de Hebert de Souza (Betinho), escrita em 1993. Disponível em: [https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV\\_HS\\_PI&pasta=HS%20pi%20Souza,%20H.%201993.09.12&pagfis=1682](https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_HS_PI&pasta=HS%20pi%20Souza,%20H.%201993.09.12&pagfis=1682)

mente na sociedade brasileira, com novas roupagens, por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser<sup>2</sup>, que estão para além do fim da dominação política das colônias (Ballestrin, 2013; Quijano, 2009). Grupos específicos, um dia colonizados, experimentam partes dessa história como um presente vivo, não como um passado isolado (Maldonado-Torres, 2018), se expressando em várias esferas da vida, seja de maneira mais explícita, quando encontramos notícias onde pessoas, em sua maioria negras, são submetidas a trabalhos “análogos” à escravidão<sup>3</sup>; seja de maneira menos explícita, mais igualmente desumanas e coloniais, que fazem com que negros e indígenas estejam localizados sempre com os piores indicadores sociais (emprego, segurança alimentar, escolaridade, salários) (IBGE, 2021).

Como enfatiza Munanga (2013), a escravidão atual é mais sofisticada, é encoberta por uma falsa liberdade e uma falsa democracia racial, o que nos impede de discutirmos a existência de uma exclusão racial negada oficialmente, inclusive por negros. Na mesma perspectiva, Bento (2022), denuncia a existência de um pacto da branquitude no Brasil, o que ela compreende como um pacto não verbalizado, entre brancos, para manutenção de privilégios. Por isso, é tão importante reconhecer que o racismo no Brasil é estrutural, institucional e fundante (Almeida, 2019 e Bento, 2022).

Toda essa contextualização é para trazer a causa da fome, e não só apontar para o fato de que hoje no Brasil existem mais de 33 milhões de famintos e que mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave – fome) (Rede Penssan, 2022). Essa não é uma questão conjuntural, mas estrutural. Não por acaso, as pesquisas revelam que os números de pes-

---

2 Conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989 (Ballestrin, 2013)

3 Algumas notícias recentes: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/negros-e-pardos-sao-84-dos-resgatados-em-trabalho-analogo-a-escravidao-em-2022>; <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/13-de-maio-brasileiros-ainda-sao-vitimas-de-trabalho-escravo-mesmo-134-anos-apos-sua-abolicao>

soas famintas são maiores em lares chefiados por mulheres e por negros, sendo pior o desfecho nos lares chefiados por mulheres negras, que sofrem a sobreposição de opressões de raça e gênero.

## **A fome entra e sai de cena, mas nunca acaba**

A fome é uma questão persistente e estrutural no Brasil e assim permanecerá se não forem adotadas políticas que enfrentem as injustiças sociais históricas. A questão retorna à agenda pública, de maneira mais ou menos expressiva, de tempos em tempos, especialmente em momentos de crise política, mas o cenário da fome nunca acaba (Brito, 2020). Vejamos algumas situações históricas que fizeram emergir o tema no debate público.

Nos anos de 1930-1940, num contexto de desabastecimento de alimentos decorrente da guerra, a fome emerge como problema no Brasil. Nesta época, havia um movimento político e intelectual que trazia para cena o debate sobre as condições estruturais do país<sup>4</sup>. Dentre as produções acadêmicas, destaca-se na análise do cenário da fome, a obra de Josué de Castro, “Geografia da fome” (Castro, 1984), evidenciando o quadro trágico da fome no país, denunciando as leituras que a naturalizavam e enfatizando suas origens socioeconômicas. Nesse período, é realizado o primeiro inquérito sobre as condições de alimentação dos trabalhadores e criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940). Mas as ações voltavam-se especialmente para o trabalhador formal, deixando de fora um grande contingente da população que não tinha trabalho oficial.

Outro momento de grande destaque no debate da fome no Brasil ocorre no final dos anos 1980 e início da década de 1990, com a produção

---

4 Cabe referir as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Sergio Buarque de Holanda lançadas entre as décadas de 1930-1940, com aportes para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil, e todo movimento político e institucional estabelecido com o início do governo de Getúlio Vargas, sendo este um marco divisório na política brasileira (Fiori, 1993).

do Mapa da Fome<sup>5</sup> (IPEA,1993), que contabilizou 32 milhões de famintos. O movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida”, liderado por Herbert de Souza (Betinho), amplia o debate para toda sociedade. O governo estabelece a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993 e assume a fome enquanto um problema social que precisava de medidas urgentes (Brito, 2020).

No início dos anos 2000, dada a persistência da fome, o debate volta a ganhar visibilidade nacional, assumindo novamente centralidade na agenda política. Entre 2003 e 2014, vários Programas de governo buscaram caminhos para o enfrentamento da fome e as desigualdades sociais, entre eles: Programa Fome Zero (PFZ), Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA), Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Plano Brasil sem Miséria, além do fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O resultado dessas ações se expressa com a redução do número de pessoas em situação de fome no Brasil passando de 14.998 milhões para 7.225 milhões em 2014 (IBGE, 2014). O feito foi comemorado, pois o Brasil saía em 2014 do Mapa da Fome da ONU<sup>6</sup>.

O investimento político do Estado brasileiro por 12 anos no combate à fome foi feito a partir do fortalecimento institucional do campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a começar pela recriação do CONSEA (2003)<sup>7</sup>, com posterior criação de CONSEA nos estados e municípios brasileiros. E, a partir da pauta de enfrentamento da fome, buscou-se contornos mais amplos, com vistas a garantir o Direito Humano

---

5 Mapa da fome brasileiro, produzido pelo IPEA em 1993, durante o governo Itamar Franco, tendo como objetivo dimensionar a população que apresentava condições mais graves de insuficiência alimentar, expondo os indicadores da indigência e da fome.

6 Mapa mundial da produzido pela ONU como ferramenta de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento do Milênio.

7 O CONSEA criado no governo Itamar Franco foi extinto no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, que cria o Programa Comunidade Solidária em 1995 (Decreto Nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995).

à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar do país. Assim, avançou-se no marco normativo da área com a instituição da Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006); da Política Nacional de SAN (2010); da Criação da Câmara Interministerial de SAN – CAISAN (2007); e a promulgação da Emenda Constitucional 64/2010 estabelecendo a inclusão da Alimentação enquanto um direito social.

Mas, a partir de 2016, num cenário de ajustes e crise<sup>8</sup>, ocorreram cortes em programas sociais e desestruturação de políticas de SAN<sup>9</sup>. Nesse contexto, intensificam-se as medidas que beneficiam diretamente o agronegócio e que ameaçam propostas de reforma agrária, como o perdão a dívidas de produtores rurais e cortes nas ações orçamentárias referentes à política fundiária (Santarelli et al, 2019; Brito e Baptista, 2021).

A priorização ao agronegócio e desvalorização da agricultura familiar tem raízes no período colonial, onde já se priorizava o mercado exportador de matéria-prima em detrimento do mercado interno; onde já se observava a concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários. Hoje, no Brasil, as grandes propriedades concentram-se também nas mãos de poucos, para produzir gado e *commodities* (em sua maioria ração para gado), prioriza a monocultura, o que impacta diretamente na perda da nossa biodiversidade, da nossa cultura alimentar, além grande impacto no meio ambiente e na produção de fome (Campello et al, 2022).

Como reflexo dos desmontes políticos e institucionais desse período, segundo o IBGE (2020), entre 2017 e 2018, 10,3 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, estavam

---

8 Em dezembro de 2015 ocorre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e iniciam-se medidas de ajuste econômico, dentre as medidas a aprovação da EC no 95/2016 64, congelando gastos públicos por 20 anos; e desmonte de ministérios da área social.

9 Redução orçamentária e da rede de equipamentos públicos de SAN, como restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias.

passando fome no Brasil, com maior frequência nas regiões Norte e Nordeste, em domicílios chefiados por mulheres e negros, e com presença de crianças e adolescentes. Tal cenário que já era previsto e alertado por militantes, sociedade civil e acadêmicos, dados os retrocessos e desmontes supracitados.

A partir de 2019, vivemos a intensificação do projeto ultraliberal, com reformas de previdência, trabalhistas e estratégias bem características de governos mais alinhados à extrema direita (Araújo e Carvalho, 2021). Nesse ano, o CONSEA nacional foi extinto<sup>10</sup>, o que levou à desestruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a não realização da VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), comprometendo a capacidade do Estado brasileiro de garantir o DHAA.

A partir de 2020, o mundo começa a vivenciar a pandemia de COVID-19, que chega ao Brasil em um contexto de crise econômica, política, com desmontes orçamentários e institucionais, e avanço da fome e extrema pobreza, cenário que piora com a necessidade de isolamento social e com o descompasso, divergências, negação e lentidão por parte do governo Federal na condução da pandemia e na implementação estratégias governamentais para minimizar os danos sociais e econômicos (Alpino et al, 2020).

Como consequência, em dezembro de 2020, após quase 1 ano de pandemia, o I Inquérito da Rede Penssan indicou que mais de 19 milhões de pessoas passavam fome no Brasil (Rede PENSSAN, 2021). Ao final de 2021 esse número quase dobra, cerca de 33 milhões de pessoas estavam passando fome e somente 41,3% dos moradores de domicílios

---

10 O Consea foi extinto por meio da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei 13.844, de 18 de julho de 2019. Foi uma das primeiras medidas do novo governo eleito, tendo a frente da Presidência da República Jair Messias Bolsonaro. Juntamente com a extinção do Consea outros conselhos com a participação da sociedade civil foram encerrados, numa restrição do diálogo com a sociedade civil e na contramão do que vinha se constituindo como política pública até então.

particulares tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em Segurança Alimentar (Rede Penssan, 2022).

Os dados, tanto do IBGE quanto da Rede PENSSAN, apontam ainda para nossas expressivas desigualdades. Mulheres, negros, crianças, moradores das regiões Norte e Nordeste e pessoas com baixa escolaridade são os que estão em maior número dentre os que passam fome. Sem mencionar que os dados ainda são escassos ao pensarmos nos desafios ainda maiores enfrentados por pessoas com deficiência e seus familiares.

Ressalte-se ainda que esses dados são coletados somente em domicílios particulares, deixando de fora grupos muito específicos, como indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua, e que estão cada vez mais vulneráveis à fome. Ou seja, certamente são dados subestimados.

Como já sinalizado, não basta apontarmos para tais desigualdades, é preciso compreender o porquê são esses os grupos mais afetados, e como enfrentar de fato as raízes mais estruturais dessas desigualdades, marcas da colonialidade que tem o racismo como um sistema de opressão fundante, a partir do qual outras opressões também se colocam, como as de gênero, raça, classe e deficiências (Almeida, 2019; Holanda, 2020).

Em um contexto de Estado cada vez menos participativo, vidas precárias estão cada vez mais vulnerabilizadas, o que impõe análises mais críticas que não naturalizem a questão. Para populações excluídas do sistema produtor de riquezas e da sua distribuição, restam mecanismos públicos de inclusão, em sua maioria operados em uma lógica de caridade, dominação e subalternização, em condições precárias de acesso, trabalho e moradia, com as ruas surgindo muitas vezes como única opção. Tais vidas, no contexto da nossa sociedade, não são consideradas vidas, sobre elas produzimos enquadramentos, que permitem uma ética de violência (Oliveira, 2018 e Butler, 2019),

Tal cenário contribuiu em grande medida para aprofundar nossas desigualdades e opressões, sendo pertinente reforçar que a fome no Brasil não é produto da pandemia de COVID-19 e, muito menos, da lastimável guerra na Ucrânia. Sem dúvidas ela se aprofunda neste cenário, mas por conta de um projeto político que não vê problemas em alargar



as desigualdades sociais, mantendo e aumentando privilégios. A fome em nosso país é colonial, interseccional, multidimensional, é projeto e dá lucro.

## Porque não basta sair do mapa da fome

O Mapa da Fome da ONU assumiu uma narrativa política, midiática, social e acadêmica no Brasil, e não estar nele se tornou um objetivo comum entre aqueles que militam pelo enfrentamento da fome. Mas o que significa estar nesse mapa? Quais parâmetros são levados em conta para indicar se um país está ou não nele?

Até 2014 o Mapa da Fome se constituiu enquanto uma ferramenta importante para acompanhar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), focado em países em desenvolvimento. O primeiro objetivo era erradicar a pobreza extrema e a fome, e um dos indicadores para monitorar o seu alcance era o de prevalência de subalimentação (POU), mesmo indicador usado no Mapa da Fome (Kepple, 2020).

O indicador POU é uma estimativa do percentual de indivíduos em uma população, cujo consumo habitual não é suficiente para garantir a quantidade de energia alimentar necessária para uma vida “normal, ativa e saudável”. Por ser estimado desde 2000, fornece um bom parâmetro para monitoramento do progresso temporal, contudo, tem como base dados agregados em nível nacional. Por serem dados agregados, não se configuram como uma medida direta do acesso aos alimentos e não avalia bem subgrupos (rural, urbano, idade, sexo). Diante dessas limitações, integrantes da própria FAO avaliam que o uso desse indicador precisa ser repensado (Kepple, 2020).

Em 2014 o Brasil saiu deste Mapa, e essa notícia ganhou grande repercussão. Como já mencionado, foi um avanço incontestável, fruto de políticas públicas e de um expressivo investimento de governos que colocaram a garantia do DHAA como prioridade. Mas é preciso reforçar que essa saída do Mapa não significou que a fome tenha acabado no país. Naquele momento, sair do Mapa da Fome ainda significava

a existência de mais de 7 milhões de pessoas passando fome no Brasil, equivalente ao tamanho populacional de muitos países, como Portugal. Esse dado não podia ter sido esquecido, invisibilizado, sobretudo por sabermos quem são as pessoas que passam fome. Por isso, o silenciamento da fome e a ênfase à saída do Mapa também foi um uso político (Brito, 2020), sendo necessário problematizá-lo, em especial se desejamos construir um país com direitos para todos.

A partir de 2015, o Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), pactuaram e passaram a se comprometer com a Agenda 2030, a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. Um destes objetivos é “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, tendo como meta: “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano (IBGE s/d).

Com a nova Agenda 2030, a FAO para de divulgar o Mapa da Fome e começa a divulgar, como método de monitoramento dos ODS, o relatório SOFI (O estado da SAN no mundo). Para verificação dessa meta, além do indicador POU, utiliza-se um indicador baseado na Food Insecurity Experience Scale (FIES), que se refere a estimativa da proporção da população que não tem acesso aos alimentos em qualidade e quantidade suficientes, uma medida direta da dimensão do acesso aos alimentos – com maior proximidade da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) utilizada nas pesquisas de base populacional do IBGE e da Rede Penssan (Kepple, 2020).

Apesar do Mapa da Fome não ter sido mais produzido até o momento atual (2022) e de sua metodologia ter importantes limitações, ele se apresenta com frequência nos noticiários e nas falas de parte da população que segue indignada, com toda razão, com o atual cenário que vivenciamos aqui no país. Concordamos que estar no Mapa é um grande problema nacional, reconhecemos sua relevância para compreensão e diagnóstico da situação social do mundo inteiro e seu papel enquanto

um importante incentivo para a construção de estratégias de enfrentamento da fome. E, ainda, enalteçemos que fazer esse monitoramento global, sem dúvida, é um enorme desafio, sendo necessário lançar mão de critérios rigorosos, com precisas ferramentas metodológicas padronizadas, para que seja possível também a comparação entre os países. Mas, acreditamos que ainda precisamos entender que não basta sair dele, não basta.

Sair do Mapa é apenas um caminho inicial, não pode ser o objetivo final, e as políticas públicas não podem se limitar a esse dado, precisamos de um novo projeto de país que seja inclusivo e que reconheça as injustiças sociais históricas, buscando políticas de reparação que constituam um novo cenário para a produção de vida! Um novo projeto civilizatório que se pautar no respeito e responsabilidade com toda e qualquer vida do planeta, com humanos e não-humanos, rompendo com as dicotomias e hierarquias estabelecidas entre homem-natureza, natureza-cultura, raça, gênero e outros.

## **Caminhos para um novo projeto civilizatório**

**P**ara enfrentarmos nossas injustiças sociais históricas é preciso rompermos com as profundas desigualdades aqui existentes. Somos um dos países mais desiguais do mundo e que mais concentra renda. Num estudo sobre a concentração de renda no Brasil entre 1926 e 2013, Souza (2016) conclui que não houve alteração substantiva na renda do 1% mais rico, e que durante praticamente todo período, estes permaneceram num patamar de concentração entre 20% e 25% da renda. As mudanças observadas ocorreram na base ou no meio da pirâmide social, com alguma redistribuição entre os mais pobres. Ou seja, a renda dos mais ricos não se alterou, revelando um traço marcante da desigualdade brasileira (Souza, 2016).

Em toda a história brasileira, as políticas sociais não avançaram substantivamente em mudanças estruturais. De maneira geral, se voltavam para medidas mais assistencialistas, eleitoreiras e emergenciais,

políticas de governo e não de Estado, ou seja, entra e sai governo e as políticas construídas não se mantêm. A exemplo disso, no final de 2021, o então presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Programa Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil, por meio da Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Ao fazer isso, ele acaba com um programa bem desenhado, com propostas de mudanças mais estruturais, e reconhecido mundialmente como um dos principais responsáveis pela redução da fome no Brasil. Coloca em seu lugar um programa claramente eleitoreiro, que difere de seus princípios e das pautas que sempre defendeu, que em muito copia o Bolsa Família, aumentando seu valor, mas sem deixar claro sobre como conseguirá o recurso previsto, e com previsão de término em dezembro de 2022, quando acaba o seu governo em caso de não reeleição.

Ou seja, no pouco que conseguimos caminhar, estamos regredindo. Mesmo em períodos de governos onde avançamos um pouco, foi difícil romper com um legado no modo de conduzir políticas que pudesse constituir outra prática, permitindo avanços, mas ainda não tão estruturais como almejado inicialmente (Brito, 2020). Mas o cenário de desmonte das políticas sociais e a opção por uma política ultraliberal de mercado já tem dado sinais suficientes de que a vida, para uma parcela significativa da população, se tornará insustentável. Esse modelo de país que investe no que Mbembe (2016) define como necropolítica, “*novas formas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’*” (p.71), constituindo práticas de Estado que ao invés de produzir vida produzem morte. Esse projeto pode nos levar em poucos anos a um cenário de barbárie social e guerra civil.

Assim, trata-se de colocar em debate, não os projetos de governo e as disputas eleitorais a cada tempo, mas os projetos de país e o compromisso assumido com a vida de todos. Desse modo, é preciso colocar em discussão as consequências da manutenção dos privilégios das elites que sempre dominaram o Brasil e que se alimentam da fome, da miséria e da violência e apostarmos num caminho de reconstrução de nossa sociabilidade e país!

O caminho é longo e complexo, mas ele precisa ser começado, e para isso precisamos, coletivamente, construir outros modos de consumo e de nos relacionarmos com a natureza, de maneira menos predatória e extrativista e mais orgânica, com mais reciprocidade, o que implica em trocas mais justas nas relações entre seres humanos e nas relações entre humanos e não-humanos. Pensar na reciprocidade é entender que “extrair sem devolver é o princípio da destruição da vida”. É necessária uma mudança radical na forma de ser, viver e estar no mundo<sup>11</sup>. (Grosfoguel, 2016. p.137). Como diz o ativista quilombola Nego Bispo, precisamos deixar de nos (des)envolver e começar a nos envolver, com tudo que é orgânico (Santos, 2015).

Precisamos também compreender a história nacional e fazer as reparações necessárias, a partir de políticas de ação afirmativa, antirracistas, que enfrentem todas as opressões, que façam a devida reparação histórica, mas que também contribuam para que os espaços, as instituições, sejam mais diversos, mais representativos e inclusivos, para que visibilizem as vozes silenciadas, na política, nas empresas, mas também nas instituições de ensino e pesquisa, espaço ainda tão elitizado, machista e branco. Precisamos dialogar e tornar existentes outras formas de conhecimento, de estar e viver no mundo apagadas e silenciadas, o que Boaventura de Souza Santos, denomina de “Sociologia das Ausências”, onde o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal (Santos, 2002)

O Futuro não existe, precisamos desistir do futuro, ele é agora, como nos lembra Ailton Krenak<sup>12</sup>. E esse futuro de agora nos convida a enfrentar o que construímos de civilização até aqui e construir outros caminhos que prezem pelo respeito a vida.

---

11 Ramón Grosfoguel aponta para esses elementos a partir de diálogos com Leanne Betasamosake Simpson e Silvia Rivera Cusicanqui.

12 Diálogos pela (re)existência em um mundo comum. Com Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami. Disponível em: <https://youtu.be/WzsAGSjVCsQ>

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. L. DE. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Feminismos plura-  
rais/coordenação de Djamila Ribeiro: Pólen, 2019.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutri-  
cional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes or-  
çamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 8.  
Disponível em: [https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/abs-  
tract/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/abstract/?lang=pt#) Acesso em 14/10/2020.

ARAÚJO, MSS; CARVALHO, AMP. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsor-  
narismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **R. Katál.**,  
Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 146-156, jan./abr. 2021. Disponível em: [https://periodicos.  
ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75280](https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75280) Acesso em 18/10/2022.

BALLESTRIN, LM. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência  
Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pi-  
d=s0103-33522013000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pi-<br/>d=s0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 14/10/2022

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.  
148p.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de  
Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito hu-  
mano à alimentação adequada e dá outras providências. Presidência da República.  
Casa Civil. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-  
2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-<br/>2006/2006/lei/11346.htm). Acesso em 14/10/2022.

BRITO, F.R.S.S. **Os sentidos da fome no debate político brasileiro de 1986 a 2010**.  
Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública  
Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bi-  
tstream/handle/icict/46219/fernanda\\_ribeiro\\_santos\\_sa\\_br\\_ito\\_ensp\\_dout\\_2020.pd-  
f?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bi-<br/>tstream/handle/icict/46219/fernanda_ribeiro_santos_sa_br_ito_ensp_dout_2020.pd-<br/>f?sequence=2&isAllowed=y) Acesso em 14/10/2022.

BRITO, FRSS e BAPTISTA, TWF. Sentidos e usos da fome no debate político brasilei-  
ro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2021, v. 37, n. 10.  
Disponível em: [https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrpBcVYGcYwz/abs-  
tract/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrpBcVYGcYwz/abs-<br/>tract/?lang=pt#) Acesso em 14/10/2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução  
de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 6ª ed. Rio de  
Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 288p.

CAMPELLO, T., NASCIMENTO, RC, MARTINS, APB E YAMAOKA, M. **Novas  
Geografias: atuais e antigos dilemas da fome**. Secur. Aliment. Nutr., Campinas, v.

29, p. 1-7. e022006. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8670346/29546>. Acesso em 14/10/22

CASTRO J. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares;1984.

FIORI, J. L. Para uma economia política do estado brasileiro. **Série Estudos em Saúde Coletiva**, no41. Rio de Janeiro: UERJ/IMS 56 p., 1993

GROSFUGUEL, R. Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y al «extractivismo ontológico»: una forma Destructiva De conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colombia, No.24: 123-143, enero-junio 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrpBcVYGcYwz/abstract/?lang=pt#> Acesso em 18/10/2022

HOLLANDA, HB. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloísa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Brasil: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. s/d. Disponível em: <https://odsbrazil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2> Acesso em: 18/10/2022.

IPEA. **O Mapa da Fome**: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Coord Anna Maria T.M. Peliano, 1993

KEPPLE, Anne. “Como se mede a fome no Brasil e no mundo? Ciclo de debate online do CPPNAC-UNIFESP: “A fome no século XXI” – 30 de setembro de 2020.— Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=-76\\_-Lo06L4](https://www.youtube.com/watch?v=-76_-Lo06L4) Acesso em 16/10/2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico** / organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. 1. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do ppgav/eba/ufrrj**. 2016; 32:122-151.

MUNANGA, K. Da África ao Brasil. Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga. Jaime, Pedro e Lima, Ari.. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2013, V. 56 N° 1. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64518> Acesso em 10/10/2022

OLIVEIRA, RG. Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua. **Saúde Soc. São Paulo**, v.27, n.1, p.37- 50, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Jk43cn6rHKzGFNzYSnTHsKL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05/10/2022

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. 2009.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. I VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021.**

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022.** Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em 06/10/2022

SANTARELLI M, DAVID G, BURITY V, ROCHA NC. **Informe Dhana 2019:** autoritarismo, negação de direitos e fome. Brasília: FIAN Brasil; 2019. Disponível em: [https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019\\_v-final.pdf](https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019_v-final.pdf) Acesso em 06/10/2022

SANTOS, AB. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações.** 2015. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa INCTI. 2015. Disponível em: [http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao\\_Quilombos.pdf](http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf) Acesso em 11/10/2022. Acesso em 06/10/2022

SANTOS, B.S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 63, 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em 06/10/2022

SOUZA, P. H. G. F. DE. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB—Brasília, DF: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016.

---

**Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá Brito** · Nutricionista. Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição Social e Aplicada (DNSA) do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (INJC/UFRJ).

**Tatiana Vargas de Faria Baptista** · Psicóloga. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj). Professora e pesquisadora do Instituto da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz).